

benefício reunião inter-serviços prevista pela regulamentação não havia prejudicado o recorrente. Efectivamente, não tendo sido levada a cabo a referida reunião, o recorrente não pôde expor o seu caso de maneira conveniente perante um grupo de representantes da Comissão nem saber quais eram os documentos probatórios que a Comissão entendia estarem em falta.

Pedido de decisão prejudicial apresentado por despacho da Court of Appeal (England & Wales) (Civil Division), de 25 de Julho de 2003, no processo Société de produits Nestlé SA contra Mars UK Ltd

(Processo C-353/03)

(2003/C 251/11)

Foi submetido ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias um pedido de decisão prejudicial apresentado por despacho da Court of Appeal (England & Wales) (Civil Division), de 25 de Julho de 2003, no processo Société de produits Nestlé SA contra Mars UK Ltd, que deu entrada na Secretaria do Tribunal de Justiça em 18 de Agosto de 2003. A Court of Appeal (England & Wales) (Civil Division) solicita ao Tribunal de Justiça que se pronuncie a título prejudicial sobre a seguinte questão:

O carácter distintivo de uma marca, referido no artigo 3.  , n.   3, da Directiva 89/104/CEE (1) e no artigo 7.  , n.   3, do Regulamento (CE) n.   40/94 do Conselho (2), pode ser adquirido na sequência ou em consequência da utiliza  o dessa marca como parte de ou em conjun  o com outra marca?

(1) Primeira Directiva 89/104/CEE do Conselho de 21 de Dezembro de 1988 que harmoniza as legisla  es dos Estados-Membros em matéria de marcas (JO L 40, de 11/02/1989, p. 1).

(2) Regulamento (CE) n.   40/94 do Conselho, de 20 de Dezembro de 1993, sobre a marca comunitária (JO L 11, de 14/01/1994, p. 1).

Pedido de decisão prejudicial apresentado por despacho da High Court of Justice (England & Wales), Chancery Division, de 28 de Julho de 2003, no processo Optigen Ltd contra Commissioners of Customs and Excise

(Processo C-354/03)

(2003/C 251/12)

Foi submetido ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias um pedido de decisão prejudicial apresentado por despacho da High Court of Justice (England & Wales), Chancery Division, de 28 de Julho de 2003, no processo

Optigen Ltd contra Commissioners of Customs and Excise, que deu entrada na Secretaria do Tribunal de Justiça em 18 de Agosto de 2003. A High Court of Justice (England & Wales), Chancery Division, solicita ao Tribunal de Justiça que se pronuncie a título prejudicial sobre as seguintes questões:

A. Nos termos do sistema comum do IVA e    luz das Directivas 67/227/CEE (1) e 77/388/CEE do Conselho (2), a constitui  o do direito de crédito a favor de um comerciante pelo facto de este ter pago a montante IVA sobre uma transac  o deve ser apreciado tendo em conta:

(1) somente a transac  o específica de que o comerciante foi parte, incluindo os seus objectivos ao participar nessa transac  o, ou

(2) a totalidade das transac  es, incluindo as subsequentes, que fazem parte de uma cadeia circular de fornecimento a que pertence a transac  o específica, incluindo os objectivos dos outros participantes na cadeia, objectivos esses que o comerciante desconhece e/ou não tem meios de conhecer, e/ou

(3) os actos e inten  es fraudulentas, quer tenham ocorrido antes ou depois dessa transac  o específica, de outros participantes da cadeia circular cujo envolvimento o comerciante desconhece e cujos actos e inten  es o comerciante desconhece e/ou não tem meios de conhecer, ou

(4) outros factores, e, se assim for, mediante que critérios?

B. A exclusão do regime do IVA de transac  es em que participou uma parte inocente, mas que estão ligadas a uma fraude em carroc  l de terceiros, infringe os princípios gerais da proporcionalidade, da igualdade de tratamento ou da certeza jurídica?

(1) Primeira Directiva do Conselho, de 11 de Abril de 1967, relativa    harmoniza  o das legisla  es dos Estados-membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios (JO P 71, de 14/04/1967, p. 1301; C 09 F1 p. 3).

(2) Sexta Directiva 77/388/CEE do Conselho, de 17 de Maio de 1977, relativa    harmoniza  o das legisla  es dos Estados-Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios — sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado: matéria colect  vel uniforme (JO L 145, de 13/06/1977, p. 1; EE 09 F1 p. 54).